

MÁXIMAINVEST SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP – Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 16 de março de 2022, sem modificação.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos

de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-6 'F' SP

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

MÁXIMA INVEST

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o relatório da Diretoria da Maxinvest Securitizadora de Créditos Financeiros S/A ("Securitizadora"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, em conjunto com as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre essas Demonstrações Financeiras.

A Securitizadora iniciou suas atividades em 12 de novembro de 2004 tendo como objeto social a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias e associações de poupança e empréstimo e pela Caixa Econômica Federal nos moldes permitidos pelas leis e normas regulamentares da autoridade pertinente. A Securitizadora, é parte integrante do Grupo Master, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Companhia é controlada pelo Banco Master S.A, com sede em São Paulo. Possui entre suas atribuições a manutenção do equilíbrio e a saúde financeira, inclusive de suas controladas, e honrará todos os compromissos de curto prazo e longo prazo, com novos aportes de capital, se necessário. A administração espera cobrir os prejuízos acumulados nos próximos exercícios. A companhia conta com o suporte de seu controlador para aportes de capital ou concessão de dívidas subordinada para garantir a continuidade de seus negócios.

A DIRETORIA

Angelo Antonio Ribeiro da Silva - Contador
CRC-RJ-081.990/O-2

MAXIMAINVEST SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R\$)

MÁXIMA INVEST

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		732	3.770
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.	119	70
OUTROS CRÉDITOS		18	18
Ativos tributários correntes		18	18
OUTROS VALORES E BENS		595	3.682
Despesas antecipadas	5.	595	3.682
TOTAL DO ATIVO		732	3.770

PASSIVO	Nota	2022	2021
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.	732	3.770
Capital social		26.550	26.250
Reservas de lucros		51	51
Prejuízos acumulados		(25.869)	(22.531)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		732	3.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAXIMAINVEST SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

MÁXIMA INVEST

	Nota	2022	2021
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(3.338)	(3.503)
Despesas de pessoal	6.	(161)	(90)
Despesas tributárias		(8)	(1)
Outras despesas operacionais		(1)	(249)
Outras despesas administrativas	7.	(3.168)	(3.163)
RESULTADO OPERACIONAL		(3.338)	(3.503)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(3.338)	(3.503)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.	-	-
RESULTADO LÍQUIDO		(3.338)	(3.503)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAXIMAINVEST SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

MÁXIMA INVEST

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO	(3.338)	(3.503)
ITENS QUE PODEM SER SUBSEQUENTEMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO		
Outros resultados abrangentes no período	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	(3.338)	(3.503)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAXIMAINVEST SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MÁXIMA INVEST

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	25.800	51	(19.028)	6.823
Aumento de capital	450	-	-	450
Prejuízo do exercício	-	-	(3.503)	(3.503)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.250	51	(22.531)	3.770
Mutações do período	450	-	(3.503)	(3.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.250	51	(22.531)	3.770
Aumento de capital	300	-	-	300
Prejuízo do exercício	-	-	(3.338)	(3.338)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26.550	51	(25.869)	732
Mutações do período	300	-	(3.338)	(3.038)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MAXIMAINVEST SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Elaborada pelo método indireto

(Em milhares de reais - R\$)

MÁXIMA INVEST

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido	(3.338)	(3.503)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(3.338)	(3.503)
Variações de ativos e passivos	3.087	3.087
Redução de outros valores e bens	3.087	3.087
CAIXA LIQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(251)	(416)
Atividades de financiamento	300	450
Aumento de capital	300	450
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	300	450
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	49	34
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	70	36
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	119	70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Maxinvest Securitizadora de Créditos Financeiros S/A ("Securitizadora" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 12 de novembro de 2004 tendo como objeto social a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias e associações de poupança e empréstimo e pela Caixa Econômica Federal nos moldes permitidos pelas leis e normas regulamentares da autoridade pertinente, sediada na Pr. Botafogo, 228, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ.. A Securitizadora, é parte integrante do Grupo Master, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos. e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Companhia é controlada pelo Banco Master S.A, com sede em São Paulo. Possui entre suas atribuições a manutenção do equilíbrio e a saúde financeira, inclusive de suas controladas, e honrará todos os compromissos de curto prazo e longo prazo, com novos aportes de capital, se necessário. A administração espera cobrir os prejuízos acumulados nos próximos exercícios. A companhia conta com o suporte de seu controlador para aportes de capital ou concessão de dívidas subordinada para garantir a continuidade de seus negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Securitizadora são de responsabilidade da Administração. Foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil. Considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela administração e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de abril de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

a) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

b) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

f) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (no período). A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela referida Lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

g) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 25 da seguinte forma:

Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2022	2021
Caixa	119	70
Total	119	70

5. DESPESAS ANTECIPADAS

	2022	2021
Comissões	-	1.300
Outras despesas antecipadas	595	2.382
Total	595	3.682

6. DESPESAS DE PESSOAL

	2022	2021
Assistência médica da diretoria	(161)	(90)
Total	(161)	(90)

7. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Despesas de comissões	(3.086)	(3.087)
Serviço técnico especializados	(54)	(13)
Serviço de terceiros	(15)	(1)
Propaganda e publicidade	(13)	(20)
Outras	-	(42)
Total	(3.168)	(3.163)

8. DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado líquido:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL)	(3.338)	(3.503)
Lucro/Prejuízo antes da tributação	(3.338)	(3.503)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	-	-
Diferenças permanentes	-	-
Outros ajustes	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 26.550 e está representado por 26.550.000 ações ordinárias sem valor nominal (Em 31 de dezembro de 2021 R\$ 26.250, representado por 26.250.000 ações ordinárias sem valor nominal).

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros da Companhia é composta por reserva legal e reserva especial de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07, a Maxima Patrimonial deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado.

Reserva especial de lucros - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

c) Dividendos

Ao acionista é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas a Companhia são coligadas e controladas, seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

As operações realizadas entre partes relacionadas estão representadas por:

	2022	2021
Ativo		
Caixa - Banco Master S.A.	119	70
Despesas		
Despesas de pessoal	(161)	(90)
Outras despesas administrativas - despesas de comissões	(3.086)	(3.087)

11. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Grupo Master, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada do Grupo, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Ativos e passivos contingentes - A Companhia não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

13. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”. Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.